FUNDACEM
FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

20 Anos

CURSO DE CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS NA ELEIÇÃO DE 2024

Propaganda Política, Poder de Polícia, Mídias Sociais, Resoluções do TSE, Registros de Candidaturas, Pesquisa, Direito de Resposta, Condutas Vedadas, Recursos e Ações Eleitorais

Carga horária Total 100 horas: 60h PRESENCIAIS e 40h em EAD

Módulo 1	**24 e 25 de fevereiro/2024**
Módulo 2	**16 e 17 de março/2024**
Módulo 3	**06 e 07 de abril/2024**

Corpo Docente:

Alexandre Basílio Coura
Especialista em Direito e Processo Eleitoral, Especialista em Direito Digital e Compliance, Coordenador da Comissão para Sistematização das Normas Eleitorais em matéria de Propaganda Eleitoral, Professor de Pós Graduação em Direito Eleitoral da Univali/TRE-SC e do Instituto para Desenvolvimento Democrático - IDDE/BH, Analista Judiciário do TRE/RGS.

Cláudio Alberto Gusmão Cunha
Mestre em Direito Econômico, Mestre em Direito Constitucional, Procurador da República, Ex-Procurador Regional Eleitoral do Estado da Bahia, Ex-Chefe do Ministério Público Eleitoral no Estado da Bahia, Professor da Escola Superior do Ministério Público da União, Atual Procurador Regional Eleitoral substituto do Estado da Bahia.

Ávio Mozar José Ferraz de Novaes
Especialista em Direito Processual Eleitoral e em Direito Processual Civil, Desembargador Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - biênio 2019/2021, Diretor da Escola Judiciária do TRE/BA - biênio 2019/2021, Professor da Universidade Católica do Salvador, Atual Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, atuando na Seção Judiciária do Estado da Bahia

MATRÍCULAS ABERTAS
www.fundacem.org.br
fundacemssa@yahoo.com.br
fundacem@fundacem.org.br

Tel.: (71) 99395-8427
Tel.: 71 3244-8427 / 3244-6701
Financeiro: 71 99216-8688 / 99186-7431

APRESENTAÇÃO

''A Democracia, a República e a Federação são, respectivamente, regime político, formas de governo e de estado que impõem permanente aprimoramento do Direito Eleitoral, como instrumento imprescindível à manifestação da soberania popular, livre de vícios que atentem contra a verdade e a autenticidade do sistema representativo, viabilizando a participação direta e indireta do povo na tomada das decisões políticas.''

PROF. DR. AUGUSTO ARAS.

A Fundação César Montes – FUNDACEM , oferece o novo **Curso de Condutas Vedadas ao Agentes Públicos na Eleição 2024,** que tem como objetivo principal capacitar profissionais da área jurídica, notadamente: Procuradores Municipais; Assessores Jurídicos, Vereadores, Assessores Parlamentares, Servidores da Administração Pública Municipal das Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa, demais profissionais que atuem ou pretendam atuar na matéria eleitoral, de forma atualizada, no tocante a questões de ordem prática em relação aos temas mais relevantes, a saber:

Espécies de Propaganda Política, Propaganda Partidária, Propaganda Intrapartidária, Propaganda Eleitoral, Publicidade, Publicidade Institucional, Propaganda Eleitoral antecipada, regras da pré-campanha; Propaganda Eleitoral de Rua. Manifestações políticas por outdoor. Propaganda eleitoral em bens públicos e privados; Regras gerais da propaganda eleitoral, Poder de Polícia. Responsabilização subjetiva/objetiva sobre os ilícitos da propaganda, Crime de desobediência e astreintes; Poder de polícia na internet; Propaganda eleitoral na internet; Regras gerais, Resoluções do TSE , regras não previstas em lei, convenções partidárias, registro de candidatura, impugnação ao registro de candidatura, elegibilidade, inelegibilidade, recursos, pesquisa e direito de resposta, ações eleitorais e condutas vedadas.

Contém esse Curso, uma carga horária de 100 horas, sendo 60 horas presenciais e 40 horas em ensino à distância a se realizar durante 03 (três) meses, cujos créditos dessa carga horária serão aproveitados para a composição de um futuro **Curso de Especialização em Direito Eleitoral**, desde que o aluno tenha frequência mínima de 75%, bem como nota mínima de 7,0 (sete) nas disciplinas desse Curso.

A FUNDACEM conta com preciosa Coordenação Pedagógica e professores que através de seus valiosos conhecimentos, experiências e dedicação pelo interesse público estarão contribuindo em prol da capacitação dos profissionais que atuam no setor público.

Seja bem vindo!

César Montes
Presidente da FUNDACEM
Coordenador Geral do Curso
(71) 98805-4321

CURSO DE CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS NA ELEIÇÃO DE 2024

MÓDULO I – PROPAGANDA POLÍTICA, PODER DE POLÍCIA E MÍDIAS SOCIAIS. ELEIÇÕES 2024

1. Espécies de Propaganda Política:

1.1. Propaganda Partidária;

1.2. Propaganda Intrapartidária;

1.3. Propaganda Eleitoral;

2. Publicidade.

2.1. Publicidade Institucional.

3. Propaganda Eleitoral antecipada

3.1. Regras da pré-campanha.

4. Propaganda Eleitoral de Rua:

4.1. Manifestações políticas por outdoor;

4.2.Propaganda eleitoral em bens públicos;

4.3. Propaganda eleitoral em bens privados.

5. Regras gerais da propaganda eleitoral.

6. Poder de Polícia:

6.1. Responsabilização subjetiva/objetiva sobre os ilícitos da propaganda;

6.2. Crime de desobediência;

6.3. Astreintes.

7 Poder de polícia na internet.

8. Propaganda eleitoral na internet.

9. Regras gerais:

9.1. Resoluções do TSE;

9.2. Regras não previstas em lei.

MÓDULO II – AÇÕES ELEITORAIS

1. Tipos:

1.1. Ação de impugnação de registro de candidatura;

1.2. Ação de investigação judicial eleitoral;

1.3. Ação de impugnação de mandato eletivo;

1.4. Representações especiais;

1.5. Arrecadação;

1.6. Gastos de recursos em campanha;

1.7. Captação ilícita de sufrágio;

1.8. Condutas vedadas.

1.9. Pedido de direito de resposta.

2. Base legal:

2.1. Causa de pedir;

2.2. Legitimidade;

2.3. Competência;

2.4. Prazo;

2.5. Técnicas e estratégias de elaboração de petição inicial;

2.6. Peças de defesa.

MÓDULO III – REGISTRO DE CANDIDATURA

1. Regras para a participação de partidos políticos e federações nas eleições;

2. Convenções partidárias:

2.1. Escolha de candidatas e candidatos (percentual mínimo por gênero);

2.2. Deliberação sobre a formação de coligações;

3. Pedido de registro:

3.1. Aspectos formais e materiais alusivos à registrabilidade;

3.2. Condições de elegibilidade;

3.3. Hipótese de inelegibilidade/incompatibilidade;

3.4. Impugnação ao registro de candidatura;

3.5. Notícia de inelegibilidade;

3.6. Processamento:

3.7. Prazos;

3.8. Documentação;

3.9. Fases;

3.10. Julgamento;

3.11. Recurso.

CURSO DE CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS NA ELEIÇÃO DE 2024

HORÁRIO DAS AULAS: das 8:00 às 18:00 com intervalos para cafezinho e almoço. Vide datas das etapas com seus respectivos módulos.

INÍCIO DO CURSO: 24 de fevereiro de 2024.

FREQUÊNCIA: O aluno deverá ter frequência obrigatória mínima de 75%, no mínimo, das aulas presenciais e a distância e tiver obtido, nas disciplinas, nota igual ou superior a **7,0 (sete). Se, por ventura, o aluno assinar a frequência e não assistir a aula, terá sua presença anulada.**

AVALIAÇÃO: Serão realizadas atividades avaliativas obrigatórias, nas disciplinas do curso.

METODOLOGIA: Serão realizadas atividades obrigatórias utilizando metodologias ativas através de: Problematização, vivências, estudo em oficina, vídeos, leituras, exercícios, atividades dissertativas e indicação de bibliografia a fim de tratar de temas inovadores sobre a matéria. As atividades desenvolvidas nos módulos deverão ser obrigatoriamente realizadas.

INVESTIMENTO

O valor do curso é de **R$ 2.932,50 (dois mil novecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)** por participante.

PROMOÇÃO ESPECIAL, COMEMORAÇÃO DE 20 (VINTE) ANOS DA FUNDACEM:

A Instituição ou pessoa física que fizer 5 (cinco) inscrições, terá uma sexta totalmente gratuita**.**

OBSERVAÇÕES:

1. Todos os contratos para esse curso, deverão estar devidamente assinados pelo gestor até o limite do 2º módulo;
2. Caso não seja apresentado o contrato assinado pelo gestor, até o início do 2º módulo, o ou os participantes desse contrato, ficarão automaticamente impedidos de assistir (em) o 2º módulo.

COMO REALIZAR A MATRÍCULA:

Entre no site da FUNDACEM, www.fundacem.org.br, acesse o **Curso de Condutas Vedadas aos agentes públicos na eleição de 2024**, clique em Matricule-se, preencha uma ficha que irá aparecer e clique em enviar, abaixo da ficha.

FORMAS DE PAGAMENTOS:

a) **Por PIX: 06150141000177** (CNPJ) Fundacem - Caixa Econômica Federal

b) **Por Cartão de Crédito**: 1x sem juros.

c) Diretamente na conta bancária em nome da FUNDACEM, **CNPJ: 06.150.141/0001-77 - Banco BRADESCO, Agência 3545-9, C/C nº 27292-2** com envio do comprovante do depósito por e-mail para a FUNDACEM fundacemssa@yahoo.com.br (Os depósitos bancários devem ser feitos com identificação do nome do inscrito.

d) A matrícula e pagamentos também poderão ser realizados diretamente na sede da FUNDACEM, no endereço: 2ª Travessa Gersino Coelho, 10 – Matatu, Brotas, Salvador – BA.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: Devem ser imediatamente encaminhados pelos alunos matriculados à FUNDACEM, cópia dos seguintes documentos: Identidade, CPF, diploma de graduação, histórico escolar da graduação e certidão de casamento (quando houver alteração de nome).

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

NOVO ENDEREÇO

O Curso será realizado na **Rua da Salete, 50 - Barris (Faculdade Cairu), Salvador – BA**.

Obs: Mudanças que por motivos imperiosos ou administrativos venham a ocorrer, o aluno será informado imediatamente.

www.fundacem.org.br
E-mail: fundacemssa@yahoo.com.br
fundacem@fundacem.org.br
2ª Travessa Gersino Coelho, 10 - Matatu | Brotas
CEP: 40.255-171 - Salvador - Bahia

Tel.: (71) 99395-8427
Tel.: (71) 3244-8427 / 3244-6701
Financeiro: (71) 99216-8688 / 9 9216-8688

20 ANOS
FUNDACEM
CAPACITAÇÃO COM EXCELÊNCIA SEMPRE!
FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

60 instituições que apoiaram a FUNDACEM nesses 20 anos de capacitação:

BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA
TCM Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia
OAB CONSELHO FEDERAL
GOVERNO DA Bahia TERRA DE TODOS NÓS Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
EJE ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO TSE
OAB BAHIA
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
ANPR Associação Nacional dos Procuradores da República
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BAHIA GOVERNO DO ESTADO TERRA MÃE DO BRASIL
FABAC FACULDADE BAIANA DE CIÊNCIAS
nova Caab Casa de Assistência dos Advogados da Bahia
CORREGEDORIA GERAL ELEITORAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
IBDCRIA-ABMP Instituto Brasileiro do Direito da Criança e do Adolescente
GOVERNO DA Bahia TERRA DE TODOS NÓS Secretaria de Desenvolvimento Urbano
FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU
FEBACAM FEDERAÇÃO BAIANA DE CÂMARAS MUNICIPAIS
MPT Ministério Público do Trabalho
DEFENSORIA PÚBLICA BAHIA Instituição essencial à Justiça
ABRACOM ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR BAHIA
Gradus
CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
ABRAMPPE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MAGISTRADOS, PROCURADORES E PROMOTORES ELEITORAIS
Cairu FACULDADE - DESDE 1906
Faculdades Integradas Ipitanga FACIIP
UAB União dos Municípios da Bahia
Organização Internacional do Trabalho
Secretaria de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL
GNPJ Grupo Nacional de Promotores de Justiça
FUNDAC Fundação da Criança e do Adolescente
EMAB ESCOLA DE MAGISTRADOS DA BAHIA
INGÁ INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS E CLIMA
TRE-BA
ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA AMPEB
CRCBA
PROJETO LEGAL
ESEB
aceba ASSOCIAÇÃO DOS CONSELHEIROS E EX-CONSELHEIROS DO ESTADO DA BAHIA
AMAB ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA BAHIA
GNMP Grupo Nacional de Membros do Ministério Público
CIVITA ADVOCACIA & CONSULTORIA
ASTECOM ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS - BAHIA
IDA INSTITUTO DE DIREITO AMBIENTAL
ASTEB ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA
Unama Universidade da Amazônia
ielf Instituto de Ensino Prof. Luiz Flávio Gomes
PREFEITURA MUNICIPAL FEIRA DE SANTANA CIDADE TRABALHO
OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE
Escola Fazendária da Bahia EFBA
ABAM Associação Baiana dos Auditores Fiscais Municipais
CEDECA RIO DE JANEIRO Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA SALVADOR | BAHIA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
ABPS ASSOCIAÇÃO INTEGRATIVA DOS PROFISSIONAIS DE TERAPIAS NATURAIS RIO - PESCO - SOCIAL DA BAHIA
ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA
Facei Faculdade Einstein
IDC Instituto Direito e Cidadania